

Avanços e recuos: a questão da permanência e do êxito no contexto do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFNMG – Campus Montes Claros

Advances and retreats: the issue of permanence and success in the context of the Technical Course in Informatics Integrated to High School at IFNMG – Campus Montes Claros

Avances y retrocesos: la cuestión de la permanencia y el éxito en el contexto del Curso Técnico en Informática Integrado a la Escuela Secundaria en IFNMG – Campus Montes Claros

Recebido: 16/07/2021 | Revisado: 22/07/2021 | Aceito: 23/07/2021 | Publicado: 01/08/2021

Alexandro Antunes Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6105-7797>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Brasil

E-mail: alexandro.costa@edu.montesclaros.mg.gov.br

Ricardo dos Santos Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4974-5092>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Brasil

E-mail: ricardo.silva@ifnmg.edu.br

Resumo

O ensino médio integrado é uma modalidade nova de educação, ofertada, no contexto brasileiro, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa modalidade busca formar o homem na sua integralidade, pois integra conhecimentos produzidos socialmente tanto da área de formação geral/científica como da área profissional/tecnológica. Nesse sentido, o presente trabalho busca abordar a temática do ensino médio integrado, com foco no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFNMG – Campus Montes Claros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que tem como objetivo central realizar o levantamento dos índices de conclusão das turmas ingressantes nos anos de 2012 a 2017. Além disso, busca contextualizar a permanência e o êxito dos estudantes nos âmbitos da educação profissional e do curso em investigação, apresentando as ações de fomento a essa permanência e êxito. A partir do levantamento dos dados, constatou-se que a primeira turma do curso apresentou o menor índice de conclusão, se comparada com as demais turmas, sendo que as subseqüentes apresentaram melhores resultados. Porém, não se constatou uma progressividade dos resultados, havendo, em algumas situações, recuo nos índices de conclusão. Diante de resultados como esses, o IFNMG elaborou o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito, com vistas à melhoria tanto do processo de ensino-aprendizagem quanto, conseqüentemente, dos indicadores referentes ao êxito escolar de seu corpo discente.

Palavras-chave: Ensino médio integrado; Curso técnico em informática integrado ao ensino médio; Índice de conclusão; IFNMG; Plano estratégico institucional para permanência e êxito.

Abstract

Integrated High School is a new modality of education offered in the Brazilian context by the Federal Institutes of Education, Science and Technology. This modality seeks to train man in its integrality, because it integrates knowledge produced socially both in the area of general/scientific training and in the professional/technological area. In this sense, the present work seeks to address the theme of Integrated High School, focusing on the Technical Course in Informatics Integrated to High School at IFNMG/Campus Montes Claros. This is a bibliographic and documentary research, presenting as the central objective to carry out the survey of the indexes of conclusions of the entry classes in the years 2012 to 2017. In addition, it seeks to contextualize the permanence and success of students in the field of professional education and the course under investigation, presenting the actions to promote permanence and success. From the data collection, it was found that the first class of the course presented the lowest completion rate when compared to the other classes, and the subsequent ones presented better results. However, there was no progressivity in the results, there are, in some situations indentation in completion indexes. In view of results such as this, IFNMG elaborated the Institutional Strategic Plan of Permanence and Success with a view to improving both the teaching-learning process and the consequent increase in indicators related to the school success of its student body.

Keywords: Integrated high school; Technical course in informatics integrated to high school; Completion index; IFNMG; Institutional strategic plan of permanence and success.

Resumen

La Escuela Secundaria Integrada es una nueva modalidad de educación ofrecida en el contexto brasileño por los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología. Esta modalidad busca formar al hombre en su integralidad, ya que integra el conocimiento producido socialmente tanto en el área de la formación general/científica como en el área profesional/tecnológica. En este sentido, el presente trabajo busca abordar el tema de la Escuela Secundaria Integrada, enfocándose en el Curso Técnico en Informática Integrada a la Escuela Secundaria en IFNMG/Campus Montes Claros. Se trata de una investigación bibliográfica y documental que se presenta como objetivo central relevar los índices de conclusiones de las clases de ingreso en los años 2012 a 2017. Además, se busca contextualizar la permanencia y el éxito de los estudiantes en el campo de la formación profesional y el curso bajo investigación, presentando las acciones para promover la permanencia y el éxito. A partir de la recolección de datos, se encontró que la primera clase del curso presentó la tasa de finalización más baja en comparación con las otras clases, y las siguientes presentaron mejores resultados. Sin embargo, no hubo progresividad de los resultados, teniendo, en algunas situaciones, una disminución en las tasas de finalización. Ante resultados como este, el IFNMG elaboró el Plan Estratégico Institucional de Permanencia y Éxito con miras a mejorar tanto el proceso de enseñanza-aprendizaje como el consecuente incremento de indicadores relacionados con el éxito escolar de su alumnado.

Palabras clave: Escuela secundaria integrada; Curso técnico en informática integrado a la escuela secundaria; Índice de finalización; IFNMG; Plan estratégico institucional de permanencia y éxito.

1. Introdução

O artigo apresenta a questão da permanência e do êxito no contexto do ensino médio integrado, mais especificamente no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – *Campus Montes Claros*. A história da educação nacional, sobretudo a da educação profissional e tecnológica, foi e continua sendo marcada por profundas desigualdades, e isso está associado ao público-alvo desse tipo de formação: primeiro foram os desvalidos da fortuna e atualmente são os sujeitos pertencentes à classe trabalhadora. Por ser esse o público destinatário da educação profissional, pouco ou quase nada foi implementado em prol de melhorias efetivas para essa modalidade educacional, sobretudo no que concerne à permanência e ao êxito dos estudantes.

As potencialidades dos sujeitos são limitadas a partir da lógica produtiva e ideológica do capitalismo. Em decorrência da divisão social do trabalho, o homem é fragmentado para atender a uma racionalidade produtiva que separa os homens em quem pensa o trabalho e em quem o executa, ou seja, há homens para o trabalho intelectual e há outros para o trabalho manual. Imersa nessa lógica e como parte do projeto de sociedade definido pela “racionalidade” capitalista, a escola também foi fragmentada a partir da oferta de uma formação dual: de um lado, a formação geral e, de outro, a formação profissional.

Nesse contexto de contradições, emerge o ensino médio integrado, uma proposta de educação com um viés distinto do da proposta fragmentária e dual, ou seja, que visa à integração dos saberes da formação geral e da formação profissional. Sob as contradições que marcam o desenvolvimento do capitalismo, a perspectiva de integração configura-se como antítese necessária para superar a fragmentação da formação do sujeito, com vistas à sua inserção no mundo do trabalho munido de conhecimentos científicos, históricos e culturais que possibilitem uma nova práxis, cuja subjetividade não seja o reflexo passivo da lógica capitalista, vale dizer, em condições de fazer o enfrentamento visando a uma outra realidade possível.

Apesar de o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio estar assentado nessa perspectiva de integração — a qual concebe o homem em sua totalidade, e não fragmentado, como induz a proposta dual de escola —, questões atinentes à lógica excludente e contraditória da racionalidade capitalista têm deixado suas impressões no contexto desse curso, sobretudo no que concerne à permanência e ao êxito dos estudantes.

Com base nessas considerações, este estudo se propõe a realizar o levantamento e uma breve análise dos índices de conclusão do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio das turmas ingressantes nos anos de 2012 a 2017; busca ainda contextualizar a permanência e o êxito nos âmbitos da educação profissional e do curso em investigação, além de apresentar as ações para seu fomento.

2. Metodologia

Conforme os objetivos do presente estudo, trata-se de uma pesquisa exploratória (Gil, 2008), na qual se busca estabelecer uma aproximação com o objeto da pesquisa, dessa forma tornando-o conhecido do investigador. Nesse sentido, foram empregadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Em referência à primeira, Gil (2008) leciona que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 50), ou seja, vários autores contribuem para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica. Já a pesquisa documental, segundo o autor, apesar das semelhanças com a bibliográfica, difere-se dela em relação às fontes a serem consultadas, podendo ser documentos que não receberam uma diligência analítica, isto é, fontes primárias, ou documentos que já receberam algum tratamento.

Assim sendo, no âmbito da pesquisa documental, foram analisados documentos institucionais, como projetos do curso técnico em informática (2011 e 2017), edital do processo seletivo de 2012 para os cursos de nível técnico, relatórios de gestão dos exercícios 2011 e 2012, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI IFNMG 2019-2023, Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFNMG, além de documentos consultados no Núcleo de Registros Escolares do IFNMG – *Campus* Montes Claros, os quais apresentavam a relação dos estudantes que concluíram e dos que abandonaram as turmas do curso técnico em informática iniciadas nos anos de 2012 a 2017.

Com relação à pesquisa bibliográfica, foram utilizados autores que abordam a temática dos Institutos Federais, do ensino médio integrado, da permanência e do êxito e do abandono na educação profissional e tecnológica, além de outros assuntos relacionados ao conteúdo deste artigo. Com fundamento nos repertórios bibliográfico e documental empregados neste trabalho, foi factível contextualizar os avanços e recuos da permanência e do êxito dos estudantes no curso investigado.

3. Resultados e Discussão

Nesta seção, com base na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental, são apresentados os resultados desta perquirição dos avanços da permanência e do êxito no contexto da educação profissional e tecnológica (doravante denominada EPT), em especial no âmbito do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFNMG – *Campus* Montes Claros.

3.1 A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e suas implicações

Nas duas últimas décadas, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira teve um crescimento exponencial: até 2002, havia 140 instituições no País; em 2019, eram mais de 660 unidades, ou seja, um crescimento equivalente a quase cinco vezes o número de instituições criadas até o início do século XXI (Ministério da Educação [MEC], 2018). Atualmente são 38 Institutos Federais distribuídos em todo o Brasil, ofertando desde o ensino médio integrado a cursos de pós-graduação (*stricto sensu*). Além dos Institutos Federais, compõem a Rede Federal dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Colégio Pedro II e 22 unidades técnicas associadas às universidades federais (MEC, 2018).

Diante desse novo cenário da Rede Federal, o número de vagas criadas e de matrículas realizadas nos mais diversos cursos — como cursos de qualificação profissional, cursos de graduação em licenciatura e tecnologias, além do ensino médio integrado como carro-chefe da nova política expansionista — ampliou-se consideravelmente.

Um dado eloquente de substantiva alteração no que concerne aos números da expansão da Rede Federal, segundo Almeida (2019), citando Brasil (2016), pode ser ilustrado com o ensino técnico de nível médio, o qual, no lapso temporal de 2008 a 2017, passou de 77 mil matrículas para aproximadamente 1,8 milhão.

Entre os principais marcos legais que consubstanciaram esse crescimento sem precedentes no contexto da EPT, podemos citar: o Decreto nº 5.154/2004, a Lei nº 11.195/2005 e a Lei nº 11.892/2008. Anteriormente ao decreto citado, vigorava o Decreto nº 2.208/1997 — publicado no mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso —, sendo ele um dos mecanismos

legais que impediu a integração, ou seja, que impediu uma organização curricular que buscasse incorporar em um só currículo conhecimentos das áreas geral e profissional. A educação profissional, então, não se associava ao ensino propedêutico; conforme o decreto de 1997, a educação profissional de nível médio seria ofertada na forma concomitante ao ensino médio, isto é, o estudante realizaria o ensino propedêutico com um currículo e a educação profissional com outro. Isso significa que não havia diálogo entre as áreas e que o conhecimento sob o manto do aludido decreto ampliava a dualidade entre educação geral e profissional, com a clara intenção de atender às necessidades do capital.

Sobre o Decreto nº 2.208/97, Cêa (2006) nos diz que ele foi severo no implemento da dualidade, uma vez que foi funcional para os interesses capitalistas, ao permitir uma maciça participação do setor privado na oferta da educação profissional. Corroborando esse pensamento, Lima (2011) comenta:

a) esvaziamento do compromisso público com a sustentação financeira desta rede b) corrosão curricular com a separação do ensino médio do técnico [...] O saldo desse processo está numa progressiva (e lesiva) vinculação entre os processos produtivos e educativos, no sentido da mercantilização do processo de formação profissional. O modelo tecnológico-fragmentário teve na LDB nº 9.394 de 1996 e no Decreto nº 2.208 de 1997 sua base legal a partir da qual se desarticularam o ensino médio do ensino técnico. (p. 4)

Consoante o excerto, a política adotada por FHC eliminou a responsabilidade do estado brasileiro ante a formação de um ensino médio integrado ao ensino profissional e, em contrapartida, ampliou as ações da iniciativa privada na oferta de um ensino meramente instrumental, moldado exclusivamente aos interesses de mercado.

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2003, ocorreram inúmeras mudanças. No âmbito educacional, citamos como principais mudanças as seguintes normas legais: o Decreto nº 5.154/2004, que revogou o Decreto nº 2.208/1997; a Lei nº 11.195/2005, que alterou a redação do parágrafo 5º do art. 3º da Lei nº 8.948/1994; e a Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2004, 2005, 2008).

O Decreto nº 5.154/2004 autorizou o que o seu predecessor havia proibido, isto é, a integração de conhecimento geral e profissional por meio da articulação dessas áreas de conhecimento. Não obstante tenha surgido no ano de 2004 a possibilidade de articulação da formação geral com a formação técnica de forma integrada, Frigotto et al. (2010) informam-nos que o debate em torno de um projeto de educação que pudesse romper com a proposta dualista vem desde a década de 1980, quando setores progressistas da sociedade civil passaram a lutar em prol da escola pública e gratuita e de uma proposta de ensino médio de base unitária que contemplasse tanto a formação geral quanto a formação profissional.

Conforme o Decreto nº 5.154/2004, o ensino médio integrado é uma modalidade de ensino de matrícula única ofertada ao aluno que concluiu o ensino fundamental, contemplando conhecimentos da área propedêutica e da área técnica, com o fito de encaminhá-lo a uma formação profissional de nível médio técnico que lhe permita tanto sua inserção no mundo do trabalho como sua inserção em níveis mais elevados de educação. Para além disso, objetiva fomentar no estudante uma compreensão crítica e uma postura não de conformismo com a realidade posta, mas de ruptura dessa realidade (Araujo, 2013).

O ensino médio integrado ao técnico não vislumbra uma dupla formação; ao contrário, visa a uma formação integral do aluno, no sentido de formar o ser em sua integralidade, sem recortes; nesse sentido, difere-se de forma considerável do ensino propedêutico e, conseqüentemente, de um ensino estritamente técnico. Nessa perspectiva de formação, o currículo escolar passa a contemplar a formação técnica e a propedêutica, com vistas, por exemplo, ao conhecimento dos fundamentos científicos da técnica, de modo que o trabalho se torne o elemento central no processo educativo, visando formar o homem em sua totalidade — logo, em oposição a uma formação dual, seja para o mercado de trabalho, seja para o acesso ao ensino superior.

Dentro dessa linha de pensamento, Araujo (2013) comenta que o ensino integrado é uma proposta que implica a esperança de uma educação sem recorte, sem separação, e por isso completa, de uma educação que compreenda que o acesso ao conhecimento deve fomentar no sujeito aprendente seu crescimento tanto intelectual como físico. Complementando o

pensamento de Araujo, Frigotto et al. (2010) afirmam que a formação integrada pressupõe uma educação inteira, unitária, na qual a totalidade social seja compreendida nos mais diversos campos da educação formal; nessa ótica, o trabalho é princípio educativo, pois visa romper com uma formação dual, incorporando o saber teórico ao prático, dessa forma permitindo uma formação para além dos interesses imediatos do capital, ou seja, visa romper com a lógica dominante arraigada na separação social do trabalho de que a alguns — nesse caso, à minoria elitista — compete o papel de gerir e de planejar, ao passo que à maioria — no caso, aos filhos da classe trabalhadora — compete obedecer e executar o trabalho pensado.

Conforme exposto, o ensino médio integrado tem como princípio a formação integral, omnilateral e politécnica, pois busca formar o ser humano em sua totalidade e suplantar a sistemática capitalista de uma formação dual e reducionista do ser social. Por essa via, as dimensões trabalho, ciência e cultura intercomunicam-se para fomentar uma formação inteira. Nessa ótica, o trabalho é um elemento fundamental no processo educativo, e compreender o pensamento de que é pelo trabalho que o homem se torna ser social é a senda necessária para o entendimento do trabalho como princípio educativo, fundante, portanto, do ser social.

Complementando o pensamento do trabalho como princípio educativo, Frigotto (1989) nos ensina:

implica superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho. Implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeito do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo. (p. 8)

Ou seja, o ensino médio integrado busca ampliar o horizonte formativo do estudante para além do viés apenas pedagógico; ele busca extrapolar essa perspectiva, rumo à superação da desigualdade social. Infere-se, dessa forma, que o sentido do ensino médio integrado tem a ver com uma nova concepção de sociedade.

Outro instrumento jurídico que contribuiu para a expansão da rede profissional de EPT foi a Lei nº 11.195/2005. Antes dela vigorava a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, a qual dificultava a criação de unidades educacionais com foco na oferta de EPT, uma vez que condicionava a criação dessas unidades à parceria com os entes federativos e com setores produtivos. Com a substituição dessa norma pela Lei nº 11.195, abriu-se legalmente a possibilidade de expansão da Rede Federal, uma vez que a criação de novas unidades de EPT não mais ficava estritamente condicionada a parcerias com entes federativos e com setores produtivos da sociedade (Brasil, 2005; Marques et al., 2020).

Após a Lei nº 11.195/2005, foi publicada a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entre eles o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Assim, são 38 instituições, distribuídas pelas várias regiões do Brasil, com oferta de educação profissional nas mais diversas modalidades — cursos técnicos de nível médio, graduação (licenciatura, tecnólogo e bacharelado), especializações e cursos de mestrado e doutorado.

A Lei nº 11.892/2008 estabelece em seu artigo 7º os seguintes objetivos para os Institutos Federais:

I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI. ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como

programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (Brasil, 2008, p. 5)

Consoante o exposto, os Institutos Federais emergem com uma forte inclinação em defesa do ensino médio integrado à educação profissional, pois, conforme o inciso I, essa modalidade é prioridade na oferta de educação profissional e tecnológica. Além disso, o artigo 8º da Lei nº 11.892/2008 concede prevalência ao ensino médio integrado à educação profissional quando estabelece que, a cada ano, 50% das vagas, no mínimo, serão para os cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada. Esse hodierno arranjo dos Institutos Federais de priorizar o ensino médio integrado à educação profissional vislumbra possibilitar um novo contexto para o ensino médio, outrora relegado a segundo e terceiro planos nas políticas educacionais.

Os Institutos Federais são equiparados às universidades federais, sem, contudo, confundirem-se com elas; nesse sentido, gozam de autonomia no que se refere a sua gestão e normatização, e tais aspectos devem coadunar-se com o propósito da própria instituição (Pacheco, 2010).

Para Pacheco (2015), os Institutos Federais são a personificação de um projeto de vanguarda que concebe a educação como instrumento de transformação social:

Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. [...]

Os Institutos Federais surgem como autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, é, porém, ao eleger como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses, que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais. (p. 16)

Ante o exposto, infere-se que os Institutos Federais visam ofertar uma educação provocadora, que leve em consideração o contexto social local, regional e global, com vistas à edificação de uma realidade social menos desigual e mais democrática. Nesse sentido, os Institutos Federais constituem-se uma nova institucionalidade no âmbito da EPT. Essa nova institucionalidade, segundo Pacheco (2010), apresenta alguns elementos que evidenciam o projeto societário no bojo da política de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Consoante o que foi apresentado neste artigo, a expansão da Rede Federal foi uma iniciativa sem precedentes no contexto nacional, pois ampliou significativamente o número de instituições da Rede Federal na oferta de EPT, ampliou o quadro de profissionais para atendimento a essas unidades e possibilitou a um grande número de pessoas e grupos o acesso a uma instituição com oferta de educação de qualidade, o que em outros momentos era exclusivo a um grupo restrito.

Ainda que a Rede Federal de EPT tenha ampliado o seu raio de atuação no cenário nacional, evidenciando a presença do Estado brasileiro nos mais diversos cantos deste país de dimensões continentais, com a oferta de educação profissional de qualidade socialmente reconhecida, questões concernentes à permanência e ao êxito do estudante, como o abandono escolar, têm-se apresentado como problemática dessa expansão.

De acordo com Zanin (2019), fundamentada em Gallindo (2018), os Institutos Federais receberam, entre os anos de 2009 e 2018, um significativo quantitativo de matrículas — aproximadamente 1.185.000 —, porém 37% dos estudantes não permaneceram nos cursos, ou seja, houve um percentual significativo de abandono por parte dos estudantes. Em referência ao

ensino médio integrado, o percentual de abandono no referido período girou em torno de 21%, também um percentual elevado e que demanda reflexão e ação para seu enfrentamento, garantindo-se a todos os que ingressem na Rede Federal o direito à educação que contemple não só o acesso, mas também a permanência e o êxito.

Considerando a função estratégica da Rede Federal na oferta da EPT, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria nos Institutos Federais nos anos de 2011 a 2012 e identificou elevados percentuais de abandono e baixas taxas de conclusão. No âmbito do ensino médio integrado, a taxa de conclusão, consoante a auditoria, ficou em 47% (Brasil, 2013).

Ante tal quadro de abandono escolar apresentado por essas instituições ofertantes de EPT, o TCU recomendou a elas o desenvolvimento de ações e estratégias para o enfrentamento do abandono escolar, buscando elevar os índices de conclusão dos cursos. Em face às recomendações do Tribunal por meio do Acórdão 506/2013, os Institutos Federais elaboraram planos estratégicos de permanência e êxito, objetivando a mitigação do abandono escolar e, conseqüentemente, a ampliação da permanência e do êxito nessas instituições (Brasil, 2013). Uma outra questão levantada pelo referido acórdão foi com relação ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), isto é, o acompanhamento e necessidade de adequação desse programa em prol da permanência e do êxito dos estudantes, sobretudo daqueles com risco de abandonarem os cursos (Brasil, 2013).

3.2 O IFNMG e o *Campus Montes Claros*

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais surge por meio da Lei nº 11.892/2008, a partir da junção do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Januária, cuja criação data de 1960, com a Escola Agrotécnica Federal de Salinas, criada em 1953. De acordo com a lei de criação, os Institutos Federais são instituições que congregam educação superior, básica e profissional; são pluricurriculares, *multicampi*, descentralizados e especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades de ensino, com fundamento na união de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a sua prática pedagógica (Brasil, 2008).

Na cidade de Montes Claros, as atividades do IFNMG tiveram início após a autorização do Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010. Antes dessa data, no ano de 2009, o IFNMG havia realizado audiência pública na cidade para levantar as principais demandas da região. Diante disso, foi identificada a carência de profissionais de nível superior e de nível técnico para suprir os arranjos produtivos locais. Dessa forma, seriam implantados cursos na área de tecnologia. Em locais improvisados, no ano de 2010, inicia então suas atividades, ofertando 220 vagas, distribuídas entre os cursos técnicos em segurança do trabalho, eletrotécnica e informática (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais [IFNMG], 2012b, 2013).

Em função do uso de espaços improvisados, o IFNMG apresentou dificuldade, sobretudo, em relação à ampliação do número de vagas, conforme se pode verificar no fragmento abaixo, retirado do Relatório de Gestão do exercício de 2011 (IFNMG, 2012b):

O *Campus Montes Claros* apresentou, em 2011, o segundo menor valor de gasto corrente total e de número de matrículas do IFNMG, desta maneira, culmina com a segunda menor relação de gastos correntes por aluno. Essa situação deriva do fato [d]e o *campus* ter funcionado durante 2011 em instalações provisórias, que não possibilitavam a ampliação na oferta de vagas e, ainda não demandavam o aporte de recursos financeiros para o financiamento dos custos fixos da unidade. (p. 103)

Em março de 2012, o *Campus Montes Claros* passa a ter sede própria, localizada no bairro Village do Lago I. Com a mudança para um espaço próprio, o *campus* tornou-se mais atrativo, apresentando um aumento significativo no número de ingressantes, conforme pode ser confirmado no fragmento abaixo, extraído do Relatório de Gestão do exercício de 2012 (IFNMG, 2013).

Este fato é confirmado pelo incremento de 369,23% de alunos inscritos em 2012 em relação a 2011. Em função da melhoria da infraestrutura bem como do corpo docente e servidores administrativos, tornou-se possível o uso de laboratórios nas áreas de Química e Eletrotécnica, que anteriormente eram bastante precários. Diante desse contexto, a relação candidato/vaga em 2012 apresentou um acréscimo de 26,43% entre 2011 (4,73) e 2012 (5,98). (p.123)

Consoante o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, atualmente o IFNMG alcança 177 municípios. Além da Reitoria, possui 12 unidades de ensino, que estão assim distribuídas: os *campi* Salinas, Januária, Montes Claros, Almenara, Pirapora, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Janaúba, Porteirinha, Teófilo Otoni e ainda o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (IFNMG, 2018a).

Diante de tamanha envergadura e abrangência, o IFNMG desponta como uma importante instituição de ensino na oferta de educação pública de qualidade. Todavia, conforme exposto anteriormente, apesar dos benefícios trazidos por essa instituição e das políticas concernentes à permanência e ao êxito dos estudantes, o abandono escolar vem ocorrendo nos cursos ofertados pelo Instituto, inclusive no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, objeto de investigação do presente estudo.

Em face de tal quadro e da auditoria realizada pelo TCU nos Institutos Federais, em 2011 e 2012, a qual recomendou a elaboração de planos estratégicos de permanência e êxito, o IFNMG implementou, no ano de 2018, um plano de ação institucional denominado Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, visando mitigar os índices, sobretudo, de abandono escolar (IFNMG, 2018b).

3.3 O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio

O Projeto do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, de 2011, apresenta como justificativa para a implementação do curso as inúmeras transformações ocorridas no cenário mundial, concernentes, principalmente, à utilização das novas tecnologias. Nesse sentido, em consequência dessas mudanças, o mundo do trabalho passa a demandar um perfil de trabalhador que saiba utilizar as novas ferramentas. No contexto de Montes Claros isso não foi diferente, motivo pelo qual o IFNMG – *Campus* Montes Claros fez a opção por esse curso, que entrou em funcionamento no ano de 2012 (IFNMG, 2011).

De acordo com o aludido projeto pedagógico, o estudante, para ingressar no curso, deve ter concluído o ensino fundamental e ter sido aprovado em processo seletivo do IFNMG. O primeiro processo seletivo para esse curso ocorreu em 2011, com respaldo legal do Edital nº 91, de 27 de dezembro de 2011. Nesse processo, foram destinadas 40 vagas para os estudantes egressos do ensino fundamental; com 253 inscritos, a média foi de 6,33 candidatos por vaga (IFNMG, 2012a), o que nos leva a inferir que houve interesse e reconhecimento da comunidade no que concerne à oferta de um ensino de qualidade.

Nos anos seguintes, conforme dados da pesquisa, o número de candidatos interessados em ingressar no curso de informática aumentou consideravelmente; o processo apresentou, nos anos de 2013 a 2017, as seguintes médias de candidato por vaga: 9,6; 10,57; 10,3; 10,26; e 14,53, respectivamente. Infere-se, a partir do número de candidatos por vaga, que a comunidade local e regional reconhece a qualidade do serviço prestado pelo IFNMG e, em particular, a do curso de informática.

Conforme o projeto do curso de informática de 2011, a carga horária total geral do curso era de 3.690 horas, incluindo estágio curricular e atividades curriculares. Essa carga horária total ficava distribuída em três anos, período regular de duração do curso (IFNMG, 2011). Em 2017, o Plano do Curso teve uma alteração em relação à carga horária total, passando de 3.690 horas para 4.113 horas e 20 minutos (IFNMG, 2017).

Tendo em vista a compreensão da integração de conhecimentos da área geral e da educação profissional, o curso técnico de informática tem como finalidade formar um cidadão e trabalhador com condições de desempenhar de forma crítica e reflexiva suas atribuições e responsabilidades no contexto em que estiver inserido (IFNMG, 2017).

O curso de informática é aceito e reconhecido pela comunidade local e apresenta um corpo docente composto por professores qualificados e capacitados, com doutores, mestres e especialistas nas suas áreas de atuação. Somam-se a isso as

políticas de permanência e êxito para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (regulamentadas pelo PNAES), que conferem a eles o repasse financeiro para custeio de alimentação, moradia, transporte e outras questões, além da disponibilização ao corpo discente de uma equipe multidisciplinar, com pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais, tudo isso para que esses estudantes possam permanecer no curso e concluí-lo com êxito; ainda assim, há um significativo percentual de estudantes que abandonam o curso.

Dos 41 estudantes que ingressaram no curso de informática no ano de 2012 (conforme levantamento realizado no Núcleo de Registros Escolares do IFNMG – *Campus* Montes Claros), apenas 17 concluíram o curso, ou seja, uma taxa de conclusão de 41,46%. Tal percentual é inferior ao constatado pelo TCU na auditoria realizada nos Institutos Federais, em 2011 e 2012; na ocasião, os índices de conclusão constatados nos cursos integrados de nível médio chegaram perto dos 47% (Brasil, 2013).

Com relação às turmas que ingressaram nos anos de 2013 e 2014, os percentuais de conclusão do curso apresentaram evolução em relação ao ano de 2012, o que se comprova por meio dos seguintes dados obtidos no Núcleo de Registros Escolares do IFNMG – *Campus* Montes Claros: em 2013, 58,62%; em 2014, 61,11%. Tais índices avançaram em relação a 2012 e foram superiores ao constatado pelo TCU na referida auditoria, mas havia a necessidade de aumentá-los, pois uma parcela significativa de estudantes acessava o curso, mas não permanecia nele.

Em referência às turmas ingressantes entre 2015 e 2017, verificou-se uma certa variação em relação aos indicadores de conclusão, conforme se observa no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Índices de conclusão.

Ano de referência	Ingressos	Concluintes	Índice de conclusão
2015	32	18	56,25%
2016	35	21	60%
2017	33	16	48,48%

Fonte: Núcleo de Registros Escolares, IFNMG.

Diante dos indicadores apresentados no Quadro 1, verifica-se a necessidade de se somarem outras ações para ampliar a taxa de conclusão do curso de informática, uma vez que os dados revelam um percentual considerável de estudantes que, por questões relacionadas, principalmente, ao abandono, não chegam ao final do curso com êxito.

A questão do abandono no âmbito escolar engloba processos que vão além dos muros escolares, ou seja, tal fenômeno não apresenta uma única causa, mas uma diversidade de situações, tornando-o multifatorial tanto no âmbito de ocorrência quanto no âmbito do enfrentamento, haja vista que diversas frentes, diversos agentes sociais devem ser convocados para assumir seus postos na luta contra o abandono escolar (Dore & Lüscher, 2011).

Dentro dessa perspectiva de complexidade que envolve a questão da permanência e do êxito, o IFNMG, por meio de uma comissão constituída, elaborou estudo em seus *campi* objetivando obter informações referentes ao abandono e à reprovação, o qual se consubstanciou no Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito. Nesse documento, dada a diversidade de questões que podem ser as causas da não permanência no âmbito institucional, os fatores de abandono foram estruturados em três frentes, a saber: o indivíduo (estudante), a instituição e o externo. Ou seja, diante da análise feita pelo IFNMG, as questões antagônicas à permanência e ao êxito estão relacionadas ao estudante, à escola e ao que é externo à escola.

Embora as causas sejam de complexa resolutividade, o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito definiu, dentro dos espectros do estudante, da instituição e do externo à instituição, estratégias para o enfrentamento, metas, prazos e os responsáveis pela concretização do referido documento. Considerando que o plano tem duração de quatro anos e que foi aprovado

em 2018, ele ainda está em vigor para cumprir com o seu objetivo, que é o de ampliar o direito à educação, por meio da permanência e do êxito, se não para todo o corpo discente da instituição, ao menos para o maior número possível.

De acordo com Ramos Neto (2019), o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito do IFNMG não apresenta o número total de concluintes, de retidos e dos que abandonaram os cursos. Não há um ordenamento relativo ao que é mais relevante e menos relevante no que concerne às ações para o enfrentamento do abandono. Segundo Ramos Neto, tal situação revela que, para o IFNMG, todas as questões levantadas referentes ao abandono possuem o mesmo peso, o que é um problema, segundo o autor, pois não há uma prioridade clara de intencionalidade nas ações, colocando-as todas no mesmo patamar de relevância.

Em sua avaliação do plano estratégico do IFNMG, Ramos Neto (2019) considera que uma das principais causas de abandono recai no currículo praticado pela instituição. Segundo a análise do autor, o IFNMG mostra-se preocupado em estar desenvolvendo um currículo que não leve em consideração o contexto social do corpo discente e suas particularidades. Abaixo segue trecho do plano estratégico, que evidencia essa observação:

E para que isso seja garantido aos sujeitos, é importante que o currículo desenvolvido nas instituições escolares leve em conta o seu público-alvo, as suas especificidades e o contexto social no qual estão inseridos, isso implica reconhecer que o currículo não é algo neutro, estático pois traz consigo ideologias, concepções e valores de uma sociedade. É necessário que se estabeleça uma ponte entre o conteúdo curricular e a realidade em sala de aula. [...]
Por isso, a importância do reconhecimento de que o espaço da sala de aula é permeado por uma diversidade e singularidade de sujeitos que ali dividem saberes, experiências e conhecimentos trazidos do seu cotidiano, que devem ser respeitados e valorizados pela escola. Desse modo, é necessário incluir todos os estudantes nesse processo, garantindo que eles tenham acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade. (IFNMG, 2018b, p. 7)

Ramos Neto (2019) pondera ainda que esse plano estratégico apresentou 184 proposições a serem desenvolvidas no combate ao abandono dentro de um prazo de dois anos. Segundo o autor, em tal prazo é intangível concretizarem-se todas as ações elencadas.

Como apresentado, o curso de informática apresenta índices de abandono que justificam ações de enfrentamento para mitigar essa problemática. Ações nesse sentido, conforme exposto neste trabalho, estão sendo desenvolvidas. Não obstante sejam desenvolvidas essas ações para fomentar a permanência e o êxito, a questão do abandono de curso não é reflexo apenas de uma escola excludente, mas também de uma conjuntura social perversa e desigual.

4. Considerações Finais

Verificou-se com o presente estudo que o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFNMG é um curso consideravelmente novo, uma vez que iniciou suas atividades no ano de 2012. O seu primeiro ano, se comparado com os demais anos, foi o pior em relação aos índices de conclusão, com um percentual de 41,46%. Nos anos subsequentes, ocorreram melhoras nesse índice, mas também ocorreu retração, em alguns períodos, conforme apresentado neste trabalho.

Percebe-se que o curso tem o reconhecimento da comunidade local e regional, e isso pode ser comprovado pelo número de candidatos inscritos nos processos seletivos, que, a cada ano, tem aumentado de forma significativa, consoante exposto aqui. O curso possui um corpo docente qualificado, objetiva formar o técnico em informática com uma formação que suplante o viés mercadológico, uma vez que a tônica político-pedagógica do curso é atrelada a uma perspectiva crítica, que contempla o trabalho como elemento criador do homem, isto é, do ser social. Nesse sentido, o curso forma para além da habilitação profissional, pois forma o cidadão, o crítico, o protagonista de seu papel no contexto em que está inserido.

Além de o curso possibilitar a habilitação profissional, possibilita, também, caso o egresso queira, o prosseguimento dos estudos no ensino superior. Segundo o TCU, os estudantes dos Institutos Federais têm-se destacado nos exames de acesso ao ensino superior, se comparados com os alunos de outras instituições (Brasil, 2013).

Cabe frisar que, embora o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito do IFNMG — assim como o de outros Institutos Federais — apresente algumas lacunas, conforme apontado por Ramos Neto (2019), Zanin (2019) afirma que o histórico da EPT é marcado por ausência de ações no fomento ao êxito escolar. Nesse sentido, os planos estratégicos elaborados pelos Institutos Federais sinalizam um caminho para reflexão e enfrentamento, em favor da permanência e do êxito do estudante.

Destarte, embora o curso técnico em informática apresente como um de seus gargalos a questão dos índices de conclusão, não se pode deixar de mencionar os aspectos positivos do curso e do IFNMG, como a educação de qualidade, professores qualificados, infraestrutura adequada e políticas e ações para permanência e êxito dos estudantes, sobretudo se considerarmos que o público-alvo dessa modalidade de ensino são os filhos da classe trabalhadora.

A partir das reflexões realizadas neste trabalho, consideramos importante o desenvolvimento de estudos futuros acerca da avaliação dos planos estratégicos institucionais para permanência e êxito dos Institutos Federais, especialmente o do IFNMG, para verificar se eles de fato se consubstanciaram em melhorias no que diz respeito à permanência e ao êxito dos estudantes.

Referências

- Almeida, M. D. B. de. (2019). *Permanência e Êxito no Ensino Médio Integrado do IFG Uruaçu: Orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9380>
- Araujo, R. M. de L. (2013). *Práticas pedagógicas e ensino integrado* [Apresentação de trabalho]. 36º Reunião Anual da ANPEd, Goiânia, Goiás.
- Brasil. (2004). Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm
- Brasil. (2005). Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111195.htm
- Brasil. (2008). Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm
- Brasil. (2013). Acórdão nº 506/2013 do Tribunal de Contas da União. <http://portal.tcu.gov.br/comunidades/avaliacao-de-programas-de-governo/fiscalizacoes-realizadas/educacao/> [em cache]
- Cêa, G. S. dos S. (2006). *A reforma da educação profissional e o ensino médio integrado: Tendências e riscos* [Apresentação de trabalho]. 29ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, Minas Gerais.
- Dore, R., & Lüscher, A. Z. (2011). Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, 41(144), 772-789. <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?lang=pt&format=pdf>
- Frigotto, G. (1989). *A produtividade da escola improdutiva*. Cortez.
- Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M. (2010). *Ensino médio integrado: Concepção e contradições*. Cortez.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. (2011). *Projeto de Curso: Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio*. <https://www.ifnmg.edu.br/cursos-moc/tecnicos?id=1854>
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. (2012a). *Processo seletivo*. <https://www.ifnmg.edu.br/processos-seletivos-anteriores/1687-1-processo-seletivo-2012>
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. (2012b). *Relatório de Gestão do exercício de 2011*. <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao>
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. (2013). *Relatório de Gestão do exercício de 2012*. <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao>
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. (2017). *Plano de Curso: Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio*. <https://www.ifnmg.edu.br/cursos-moc/tecnicos?id=1854>
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. (2018a). *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI IFNMG 2019-2023*. <http://www.ifnmg.edu.br/documentosinstitucionais>
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. (2018b). *Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação*,

Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. <https://www.ifnmg.edu.br/plano-de-permanencia-e-exito-ppe>

Lima, M. (2011). *Perspectivas e riscos da educação profissional do governo Dilma: Educação profissional local e antecipação ao Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec)* [Apresentação de trabalho]. 34ª Reunião Anual da ANPEd, Natal, Rio Grande do Norte.

Marques, W., Melo, S. A., & Pereira, O. J. (2020). Primeiro contato com o Ensino Médio Integrado: Um confronto entre docentes licenciados e docentes bacharéis. *Ensino Em Re-Vista*, 27(Especial), 1614-1638. <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/57454/29997>

Ministério da Educação. (2018). *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>

Pacheco, E. (2010). *Os institutos federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica*. IFRN.

Pacheco, E. (2015). *Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: Diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora*. IFRN.

Ramos Neto, J. O. (2019). A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. *Educação em Revista*, 20(2), 7-24. <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/8999>

Zanin, A. J. dal P. C. (2019). *Abandono e permanência escolar na educação profissional e tecnológica: Olhares de trabalhadores da educação do Instituto Federal de Santa Catarina* [Tese de Doutorado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná]. Repositório Institucional da UTFPR. https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4665/1/CT_PPGTE_D_Zanin%2C_Alexsandra_Joelma_Dal_Pizzol_Coelho_2019.pdf